

## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024**

**DATA E HORA DE ABERTURA: 04 de Novembro de 2024 às 09 hs**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 09:00h do dia 18/10/2024 até às 08:00h do dia 04/11/2024.**

**LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: até às 09:00 horas do dia 30/10/2024.**

**TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

A Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG, endereço na Praça Cesário Alvim, nº 02, Centro, na cidade de Santos Dumont-MG, inscrita no CNPJ 17.747.924/0001-59, isenta de inscrição estadual, torna público através da Agente de Contratação e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal, designados pela Portaria Municipal nº 88 de 28 de Dezembro de 2023, a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, nos termos da Lei 14.133/21, e Decretos Municipais. O tipo de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme objeto descrito no **Termo de Referência - Anexo I** deste Edital.

### **1-OBJETO**

1.1- O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de eletrificação e iluminação pública, **visando à execução de serviços para Extensão de Redes Elétricas de BT (baixa tensão) e MT (média tensão) de Distribuição CEMIG**, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e aprovação na concessionária, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas no **ANEXO I - Termo de Referência**, que é parte integrante deste edital.

### **2-EDITAL**

2.1- Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Declaração Múltipla;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

### **3-ÓRGÃO SOLICITANTE**

3.1– Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

### **4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1- Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividades pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes neste Edital e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras Eletrônico utilizado pela Prefeitura Municipal de Santos Dumont (<https://comprasbr.com.br>).

4.2- Não poderá participar da presente licitação, ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público do órgão ou entidade licitante;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.3- A vedação de que trata o item “c” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa/pessoa física que preste assessoria técnica.

4.4- A observância das vedações é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.5- Cópia deste instrumento convocatório permanecerá disponível no PNCP, no site [www.santosdumont.mg.gov.br](http://www.santosdumont.mg.gov.br), no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas e também poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação, no endereço especificado no caput deste edital.

## **5 - DO CREDENCIAMENTO**

5.1- O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (<https://comprasbr.com.br>).

5.2- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4.1- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.5- O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema/plataforma do pregão:**

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) condição de ME ou EPP da empresa no momento do credenciamento junto à empresa responsável pela Plataforma eletrônica, caso se enquadre nesta condição;
- c) ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos;
- d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- e) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- f) ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- g) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- h) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.6- O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

5.7- O licitante que não possuir os pressupostos legais para estar enquadrado como ME ou EPP na data da sessão ou da apresentação da proposta e se beneficiar do tratamento diferenciado, mesmo possuindo os documentos acima indicados, ficará sujeito às sanções legais, considerando que o

desenquadramento é um ato declaratório da própria empresa, e que ele estará descumprindo o art. 3º, § 9º, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8- A Documentação de Credenciamento será exigida pelo sistema no momento do cadastro da empresa/pessoa física e representante.

## **6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

6.1- Na presente licitação, a fase de habilitação será posterior às fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

6.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado, marca e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3- O envio da proposta exigida neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.5- Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.6- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” impedirá o prosseguimento no certame, para estes itens;

6.7.1- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7.2- A falsidade da declaração de que trata os itens sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7.3- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.9- Após encerramento da fase de negociação serão analisados os documentos de habilitação dos licitantes declarados provisoriamente vencedores.

## **7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor global;
- b) Marca, quando for o caso;
- c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (Anexo I):

7.2- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.3- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4- Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem com base nas ofertas das demais licitantes.

7.5- Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas pelo presente Edital, tais como: “condições gerais”, “cláusulas contratuais”, etc.

7.6- As propostas, que porventura registrarem preços com mais de duas casas decimais terão o valor reduzido a duas casas decimais, com eventual risco de integral responsabilidade da empresa.

7.7- A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7.1- Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.8- Até a abertura da sessão pública, **ANTES DE ASSINAR A PROPOSTA NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, QUANDO NÃO SERÁ MAIS POSSÍVEL NENHUMA ALTERAÇÃO**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

## **8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1- A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso ao sistema.

8.2- Durante a sessão do Pregão toda a comunicação deverá ser feita via chat. O Pregoeiro se reserva o direito de não atender ao telefone e não acessar os e-mails oficiais durante a sessão

pública de Pregão.

8.3- Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar seu acesso ao sistema.

8.4- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.5- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.6- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances e negociação.

8.7- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances e negociação.

8.8- O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8.1- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.9- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

8.10- O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais passarão para fase de lances.

8.11- Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.11.1- O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR MÉDIO GLOBAL**.

8.12- No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.13- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.14- O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.15- Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.16- Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

8.18- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor apresentado em sua proposta inicial.

8.19- O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances adotado neste processo está previsto no edital e no ANEXO II - Termo de Referência: INTERVALO MÍNIMO DE DISPUTA: R\$ 10,00 (dez reais).

8.20- No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.21- A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.21.1- Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.22.2- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.22.- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.22.1- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.23- Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o prazo, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.24- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.25- Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.26- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por mais de dez

minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, tendo nova data de reabertura agendada conforme disponibilidade da Administração.

8.27- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.28- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.29- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.30- A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1-Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, em especial em cadastros públicos.

9.2-Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.3-Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.4-Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.5-No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6-A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e  
inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7-Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa/pessoa física comprove a exequibilidade da proposta.

9.8- No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins classificação.

9.9- Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo informado pelo pregoeiro.

9.10- Constatado o atendimento às exigências estabelecidas neste edital, o licitante será declarado provisoriamente vencedor e se dará início a fase de habilitação.

9.10.1- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a proposta, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

## **10 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1- Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até 1(uma) hora antes da abertura do certame.

10.2- Deverão ser enviados os seguintes documentos:

### **10.2.1- Habilitação jurídica:**

#### **PESSOA JURÍDICA**

a) Tratando-se de representante legal ou sócio proprietário deverá apresentar o contrato social e sua última alteração ou outro instrumento de registro comercial em vigor, registrado na Junta Comercial. Em se tratando de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Os representantes das Empresas deverão apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e carta de credenciamento ou procuração, dando poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame em nome do licitante;

c) O sócio, proprietário ou dirigente da Empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente;

### 10.2.2- Regularidade fiscal e trabalhista:

#### PESSOA JURÍDICA

- a) **CNPJ** (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) da Empresa;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal** conjunta com Prova de regularidade relativa à seguridade social - Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abranja contribuições previdenciárias), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal (CRF);
- f) Certidão de regularidade de Débitos **Trabalhistas** emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### 10.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira e Técnica:

#### PESSOA JURÍDICA

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, emitida no máximo de 90 (noventa) dias antes da data fixada para entrega dos envelopes de “Documentação” e “Proposta”.
- b) Declaração múltipla expressa de que o licitante (Modelo - **Anexo III**):
- c) não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (se aplicado ao número de funcionários da empresa) e atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- e) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- e) de que a empresa cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que no ano/calendário de realização da licitação, não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**10.3 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos.**

10.3.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo 1 hora antes no início do Certame.

10.3.2 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.3.3 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.4 - O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, em observância à Instrução Normativa da RFB nº. 1470, de 30/05/2014, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação, bem como realizar diligências para sanar quaisquer dúvidas.

10.5- A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitarão licitante, salvo hipótese do art. 43 da Lei 123/06.

10.5.1- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.6- Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do Pregão, com exceção do CNPJ e Atestado.

10.7- A falsidade das declarações exigidas neste instrumento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.8- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9- Em não havendo interposição de recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

10.10- Após o envio dos documentos de habilitação e assinatura de envio dos documentos na plataforma do pregão eletrônico, **QUANDO NÃO SERÁ MAIS POSSÍVEL NENHUMA ALTERAÇÃO**, não será permitida a substituição ou a apresentação/envio de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde

que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.10.1- Os documentos fiscais, sociais e trabalhistas que poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

10.10.2- As declarações exigidas na habilitação poderão ser supridas pelas informadas/preenchidas no credenciamento na plataforma do pregão eletrônico.

10.11- No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

## **11 - DA PARTICIPAÇÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

**11.1.- Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições estabelecidas neste instrumento convocatório.**

11.2- Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.3- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da abertura da sessão, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4- A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11.5- Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou de pequeno porte.

11.6- Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.7- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela declarada classificada em primeiro lugar, situação em que sua proposta será classificada em primeiro lugar.

11.8- Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido.

11.9- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **12 - DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

12.1- Os esclarecimentos, impugnações, razões e contrarrazões dos recursos poderão ser enviadas através de e-mail, para o endereço [licitacao@santosdumont.mg.gov.br](mailto:licitacao@santosdumont.mg.gov.br), na plataforma do pregão eletrônico ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Setor de Licitações e Contratos, na Praça Cesário Alvim, nº 2, Bairro, Centro, na cidade de Santos Dumont/MG, CEP: 36.240-000, de 12h às 18h.

12.2- Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão;

12.3- Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação, esclarecimentos e providências no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4- A apresentação de impugnação contra o edital não terá efeito suspensivo;

12.4.1- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

12.6- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente no prazo de 30 (trinta) minutos a intenção de recorrer, deverá preenchida em campo próprio do sistema, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis da data da sessão ou da intimação ou da lavratura da ata, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses

12.7- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.1- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.10- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11- Aos casos omissos aplica-se o art. 165 da Lei 14.133/21.

### **13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1- A adjudicação do objeto licitado será feita pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

13.2- Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.3- Inexistindo manifestação recursal, a autoridade superior adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

### **14 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO**

14.1- Homologado o procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para firmar Ata de Registro de Preços, conforme minuta constante do **ANEXO IV**.

14.1.2-O Adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.3-O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, esta examinará as propostas subsequentes e habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, podendo ainda, negociar o desconto nos preços registrados.

14.3-O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.4- A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG e a adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e legislação pertinente para a fiel execução do objeto licitado.

14.4- A Ata de Registro de Preços terá validade 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Durante a vigência a Detentora deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

14.5- A Ata de Registro de Preços, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, sem autorização prévia da Prefeitura, por escrito, sob pena de

aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

14.6- Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverão ser comunicadas à Prefeitura e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejará a rescisão da Ata de Registro de Preços.

14.7- Os contratos decorrentes da ata de registro de preços serão substituídos pelos empenhos e individualizados pelas ordens de compra.

## **15 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

15.1- Após a homologação da licitação, será incluído, o registro:

15.1.1- Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

15.1.2- Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2- Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados.

15.3- A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.3.1- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.4- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2- Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços,

15.5- Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.5.1- Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou;

15.5.2- Adjudicar e firmar ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1- A inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado ensejará o cancelamento da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos previstos no art. 137 e 138 da Lei Federal 14.133/21 e

alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

## **17 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

17.1- Cabe a cada Departamento/Setor fiscalizar e acompanhar a execução contratual, dessa forma ficam designados como fiscais os servidores a seguir:

- a) Elisa Aparecida Evangelista dos Santos – Chefe de Departamento de Serviços Municipais – Fiscal do Contrato;
- b) Conforme Decreto Municipal nº 3.828 de 14 de junho de 2024 os gestores dos contratos serão os secretários municipais responsáveis pela contratação;
- c) A Secretaria deixa de nomear servidor efetivo por não possuir no quadro permanente de funcionários suficientes para desempenhar a função;

17.4- Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços a autorização quanto a pagamentos, autorizações de alteração do contrato e aplicação de penalidades, controle de vigência e quantidade.

17.5- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO**

18.1- O objeto do presente contrato será executado dentro do prazo previsto, sob o acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE e agentes designados pelo Município, ficando o CONTRATADO sujeito às penalidades previstas no Instrumento Convocatório e no Contrato em caso de atraso.

18.2- O prazo para pagamento dos relatórios de horas aprovada será de até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal dos serviços realizados.

18.3- Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal de Prestação de Serviços, juntamente com diário de serviços realizados (Medições) e relatórios fotográficos entregues na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

18.4- O CONTRATADO deverá apresentar junto à Nota Fiscal, os documentos fiscais ou tributários devidos.

18.5- **O CONTRATADO deverá discriminar, também na Nota Fiscal, o valor de retenção do INSS, e caso seja isento de retenção, colocar discriminado na observação da Nota Fiscal o motivo, para que a Prefeitura não o tribute.**

18.6- O prazo para pagamento da Medição aprovada será de até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal dos serviços realizados.

18.7- O pagamento da última parcela ficará condicionado ao ateste, pelo município, da execução total do objeto deste contrato.

18.8- As medições devem observar o avanço físico real dos serviços e o cronograma físico-financeiro.

18.9- Nos preços propostos estarão incluídos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da detentora.

18.10- É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

18.11- Da nota fiscal deverá constar o n° da conta corrente do licitante, banco, e n° da agência para fins de pagamento, que será realizado através de transferência bancária, nos casos de incidência de tarifas de TED ou DOC serão deduzidas do pagamento do credor.

18.12- A contratada deverá discriminar, também na nota fiscal, todos os impostos devidos, sejam eles: IRPJ, INSS, ISS e outros.

18.13- Se devido, a Administração efetuará a retenção do IRPJ, INSS, ISS e outros sobre o valor devido a detentora.

18.14- Somente após o cumprimento de todas as exigências acima e aprovação da Prefeitura Municipal, será efetuado o pagamento.

18.15- Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração Municipal, tais como alimentação, hospedagem e transporte, etc.

## **19- DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

19.1- A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

19.2- Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a Detentora se obriga a fornecer a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da Detentora, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências (notas fiscais ou outro que comprove).

19.3- É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, ressalvada a hipótese de reequilíbrio econômico e reajuste após 12 meses da proposta de

preços, com base no INPC ou outro índice oficial no caso de sua extinção.

## **20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS**

20.1- As despesas do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

**02.25.01.25.752.0025.1030** Extensão de Rede Elétrica    **4.4.90.51.00** Obras e Instalações

Ficha **228**

Fonte **1.751.000.000 - Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação**

**Pública – COSIP (Reserva de Dotação Orçamentária)**

20.2- Por se tratar de registro de preços, o empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 136, inciso IV da Lei 14.133/21.

## **21-DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

21.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, se necessário for;
  - b.2-) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;  
pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou  
deixar de apresentar amostra;
  - b.3) apresentar proposta ou amostra (quando solicitado) em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsificada durante a licitação
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:  
  
agir em conluio ou em desconformidade com a lei;  
induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

21.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas de menor potencial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita

no, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

21.10- A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11- Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12- Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14- A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1- Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da Sessão Pública, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

22.2- Se não houver tempo suficiente para a finalização da etapa competitiva ou para a análise da “DOCUMENTAÇÃO” na mesma sessão, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos ou havendo a necessidade de realizar diligências, a sessão será suspensa e somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.2.1- Para a interrupção dos trabalhos de que trata o item anterior, o Pregoeiro convocará os licitantes através de publicação.

22.3- O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.4- A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as

transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

22.5- Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

22.6- Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

22.7- O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 64, § 1º da Lei Federal 14.133/21.

22.7.1- Se houver solicitação de documentos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via sistema e na sua impossibilidade via (e-mail).

22.7.2- O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

22.8- A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.9- A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que isso acarrete multa para administração.

22.10- A Prefeitura poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.11- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.12- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.13- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.14- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.15- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.16- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.17- Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no site [www.santosdumont.mg.gov.br](http://www.santosdumont.mg.gov.br), no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e também poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação, no endereço especificado no caput deste edital.

22.18- As Empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no site [www.santosdumont.mg.gov.br](http://www.santosdumont.mg.gov.br), com vista a possíveis alterações e avisos.

22.19- Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do telefone (32) 3252-7400, ou no email: [licitacao@santosdumont.mg.gov.br](mailto:licitacao@santosdumont.mg.gov.br)

22.20- Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont/MG, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Santos Dumont, 09 de Outubro de 2024.

---

Silvana Lúcia Costa  
Pregoeira

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024**

#### **INTRODUÇÃO**

Em cumprimento a Lei 14.133/2021 e suas alterações, elaboram o presente para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de eletrificação e iluminação pública, **visando à execução de serviços para Extensão de Redes Elétricas de BT (baixa tensão) e MT (média tensão) de Distribuição CEMIG**, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e aprovação na concessionária, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

#### **OBJETO**

O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de eletrificação e iluminação pública, **visando à execução de serviços para Extensão de Redes Elétricas de BT (baixa tensão) e MT (média tensão) de Distribuição CEMIG**, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e aprovação na concessionária, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

#### **ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

Os serviços a serem contratados referem-se à extensão de redes elétricas do Município, que deverão ser executados conforme normas técnicas da ABNT específicas, - NR-10 (segurança e serviços de eletricidade) e NR-35 (segurança em trabalhos em altura), apresentando o rol de funcionários e respectiva comprovação de atendimento das normas citadas, de forma documental.

Toda a modificação do parque de iluminação pública seguirá a instrução contida na norma de distribuição ND 2.9 - Instalações Básicas de Linhas e Redes de Distribuição Compactas - CEMIG Distribuição S.A e ND 3.1 - Projetos de Redes de Distribuição Aéreas Urbanas. A norma citada está em concordância com as normas técnicas da ABNT.

- a) Fornecimento de todo o material, peças, acessórios, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como o fornecimento e fiscalização quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva de seus colaboradores, com total exclusão de responsabilidade da Administração quanto a isto;
- b) Apresentação de relatórios mensais com os problemas constatados e/ou outras ocorrências que sejam relevantes, devendo prestar todos os serviços com a qualidade necessária.
- c) Coleta de Informações sobre o Sistema de Iluminação Pública do Município.

<b>Item</b>	<b>Endereço</b>	<b>Descrição</b>
01	Rua Olímpio Germano da Silva, Bairro Guadalupi	Extensão de 0,023km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 120 W de potência, fixada em braço médio.
02	Rua Projetada, Bairro Antônio Afonso	Extensão de 0,078 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 3 (três) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
03	Rua Maria Castorinada Fonseca, Bairro São Sebastião da Barra	Extensão de 0,071 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 3 (três) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED com 80 W de potência, fixadas em braço curto.
04	Mestre Dunga, Centro	Extensão de 0,038 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED com 80 W de potência, fixadas em braço curto.
05	Rua Rafael Jorge Coury, Bairro Graminha	Extensão de 0,030 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço médio.
06	Estrada para AABB, Bairro Peroba de Cima	Extensão de 0,016 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
07	Rua Tupi, Bairro Vila Esperança	Extensão de 0,018 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
08	Estrada Real Caminho Novo, BR-499	Extensão de 0,085 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 120 W de potência, fixadas em braço médio.
09	Rua Doutor Celso Vieira Marques, Bairro Cabangu	Intercalação de 2 (dois) postes em rede existente; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80W de potência, fixadas em braço médio.
10	Rua Jorge Arnaldo, Bairro São Sebastião	Extensão de 0,058 km de RDC (rede de distribuição compacta) trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; extensão de 0,070 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; substituição de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) transformador trifásico de 45 kVA de potência; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
11	Rua Ana Pitela, Bairro Glória	Intercalação de 1 (um) poste; extensão de 0,090 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80W de

		potência, fixadas em braço curto.
12	Estrada Rural, Bairro Cidreira	Remoção de 0,020 km de rede de baixa tensão convencional; extensão de 0,113 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,058 km de rede de baixa tensão convencional para isolada trifásica; substituição de transformador monofásico de 15 kVA de potência para transformador monofásico de 37,5 kVA de potência; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
13	Rua das Nascentes, Bairro Glória	Intercalação de 1 (um) poste em rede existente; instalação de 1 (um) conjunto de IP com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 120W de potência, fixada em braço curto.
14	Rua Ovídio Rufino Ferreira, Bairro Antônio Afonso	Intercalação de 1(um) poste em rede existente; extensão de 0,040 km de RDC (rede de distribuição compacta) monofásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; extensão de 0,103 km de rede de baixa tensão bifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; remoção de religador monofásico para novo poste; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
15	Estrada Rural, Vila São Pedro das Perobas	Substituição de 0,117 km de rede de baixa tensão; substituição de 2 (dois) postes; substituição com remoção de 1 (um) poste; extensão de 0,032 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) transformador monofásico de 37,5 kVA de potência; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com lumináriasLED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
16	Rua Ovídio Rufino Ferreira, Bairro Antônio Afonso	Remoção com substituição de 1 (um) poste.
17	Rua Doutor Nello Crocchi, Centro	Extensão de 0,069 km de rede de baixa tensão, contemplando a instalação de 3 (três) postes; substituição de 0,030 km de rede de baixa tensão deconvencional bifásica para isolada trifásica; substituição de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
18	Rua Otávio Rufino Ferreira, MG-499, Bairro Antônio Afonso	Extensão de 0,126 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,090 km de rede de baixa tensão; instalação de 6 (seis) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 180 W de potência, fixadas em braço médio.
19	Rua Projetada, Vila Palmira	Extensão de 0,064 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
20	Rua Geovane Peduzzi, Recanto das Garças	Extensão de 0,035 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em

		braço curto.
21	Travessa Tamoio, Rua Capitão Nestor	Extensão de 0,036 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
22	Estrada para Oliveira Fortes, MG-452	Extensão de 0,160 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,044 km de rede de baixa tensão convencional para isolada bifásica; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência fixadas em braço curto.
23	Rua Frei Edmar Pulman, Bairro Santo Antônio	Instalação de 1 (um) medidor aéreo com lente (Caixa TAF) em poste existente; instalação de 10 metros de cabos em ramal de entrada subterrânea, contemplando a instalação de 2 (duas) caixas ZA; extensão de 1,287 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 35 (trinta e cinco) postes; instalação de 35 (trinta e cinco) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 100 W de potência, fixadas em braço médio.
24	Estrada Rural, Soledade	Substituição de 1 vão de neutro por rede de bt; extensão de 3 vãos de rede de bt isolada; instalação de 3 postes; instalação de 5 luminárias LED 80 W instaladas em braço curto.
25	Estrada Rural, Rocinha	Substituição de 0,117 km de cabo neutro por rede de baixa tensão isolada bifásica; extensão de 0,120 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 7 (sete) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
26	Estrada Rural, Mantiqueira	Substituição de estrutura primária em poste existente para possibilitar derivação monofásica; coordenação de chave deslocada; extensão de 0,334 km de RDC (rede de distribuição compacta) monofásica com rede de baixa tensão; extensão de 0,184 km de rede de baixa tensão isolada bifásica; retirada de 0,018 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a retirada de 1 (um) poste; instalação de 14 (quatorze) postes; instalação de 2 (dois) transformadores monofásicos de 25 kVA de potência; instalação de 14 (quatorze) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
27	Diversas Ruas, Bairros Glória, Nossa Senhora Aparecida e Córrego do Ouro	Extensão de 28 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 28 postes, instalação de 28 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
28	Diversas Ruas, Bairros Quarto Depósito e São Sebastião	Extensão de 33 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 33 postes, instalação de 33 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
29	Diversas Ruas, Centro	Instalação de 150 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W fixadas em braço curto.

30	Diversas Ruas, Bairros Glória, Nossa Senhora Aparecida e Córrego do Ouro	Extensão de 12 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 12 postes, instalação de 12 conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
31	Diversas Ruas, Centro	Instalação de 300 (cento e cinquenta) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 180 W de potência, fixadas em braço curto.

## **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Contratação do serviço se justifica, uma vez que há a necessidade de execução dos serviços de melhoria de rede e expansão de iluminação pública no município de Santos Dumont.

Serão feitas efficientização e modernização da iluminação pública, onde serão atendidas localidades que se expandiram e não contam com iluminação nas ruas.

Dessa forma, considerando que iluminação é um serviço público essencial para a qualidade de vida da comunidade e que é de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico do

Município, constitui um dos vetores para a segurança nos centros urbanos, zonas rurais e bairros mais afastados, tanto na questão do tráfego de veículos e pedestres quanto na prevenção contra a criminalidade.

Além de iluminar ruas, avenidas, praças, monumentos históricos e demais logradouros públicos, é importante para a melhoria da imagem da cidade, favorecendo o comércio, o turismo e o lazer.

O crescimento populacional e o conseqüente desenvolvimento urbano têm gerado uma demanda crescente por energia elétrica. Este aumento na demanda exige uma ampliação da rede de distribuição de energia para garantir o fornecimento regular de eletricidade a todas as áreas do município.

A extensão da rede de distribuição de energia elétrica possibilitará a instalação de novos pontos de iluminação em locais estratégicos, contribuindo para a segurança dos moradores e para a redução da criminalidade. Além disso, a iluminação pública adequada promove a valorização dos espaços urbanos, incentivando a utilização de áreas públicas para lazer e convívio social durante a noite.

As obras de extensão de rede elétrica requerem conhecimento específico para garantir a segurança das pessoas e dos equipamentos. Uma empresa especializada estará familiarizada com os procedimentos de segurança necessários e com normas técnicas específicas para este tipo de serviço, sendo assim, garantirá que os serviços sejam realizados conforme exigido, além de ter a capacidade de planejamento e gestão do projeto, garantindo que os prazos sejam cumpridos e que a execução seja feita de forma organizada e eficiente.

Por esses motivos, a contratação de uma empresa especializada para executar serviços de extensão de rede de energia elétrica é essencial para garantir a qualidade, segurança e eficiência desses serviços.

Toda esta intervenção está dentro dos valores praticados no mercado, e com materiais de primeira qualidade, para o correto andamento da reforma. Tudo isto para a vantajosidade e bom atendimento da comunidade sandumonense.

A contratação dos serviços de extensão de rede de distribuição de energia elétrica trará uma série de benefícios para o município e sua população:

**1. Alta Qualidade Técnica:** A expertise da empresa especializada garantirá a execução das obras com alta qualidade técnica, atendendo aos mais elevados padrões de engenharia e segurança. **2. Cumprimento das Normas e Regulamentações:** A empresa assegurará que todas as etapas do projeto estejam em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo a legalidade e a segurança das instalações.

**3. Redução de Custos e Prazos:** A contratação de uma empresa especializada resultará na otimização dos recursos disponíveis, minimizando custos desnecessários e cumprindo os prazos estabelecidos de forma eficiente.

**4. Melhoria na Infraestrutura Urbana:** A execução das obras proporcionará uma significativa melhoria na infraestrutura urbana, contribuindo para o desenvolvimento e a modernização da cidade.

**5. Aumento da Segurança Pública:** Com a melhoria da iluminação pública, haverá uma redução nos índices de criminalidade e uma maior sensação de segurança por parte da população.

**6. Estímulo ao Desenvolvimento Econômico:** A infraestrutura elétrica adequada e a iluminação pública eficiente estimularão o desenvolvimento econômico local, atraindo investimentos e fomentando o comércio e o turismo.

**7. Redução de Gastos com Manutenção:** As instalações de alta qualidade e a utilização de materiais duráveis resultarão em uma redução significativa nos gastos com manutenção a médio e longo prazo.

**8. Valorização Imobiliária:** A melhoria da iluminação pública e da infraestrutura urbana levará à valorização dos imóveis da região, beneficiando proprietários e estimulando novos investimentos imobiliários.

**9. Sustentabilidade Ambiental:** A adoção de tecnologias mais eficientes e sustentáveis contribuirá para a redução do consumo de energia e para a preservação do meio ambiente.

**10. Satisfação da População:** A realização das obras atenderá às expectativas da população, proporcionando uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos os moradores de Santos Dumont/MG.

Em resumo, a contratação de uma empresa especializada trará uma série de benefícios tangíveis e intangíveis para o município, consolidando Santos Dumont como uma cidade moderna, segura e próspera.

A visita técnica é facultativa, podendo as empresas interessadas em participar desta licitação, entrar em contato telefônico com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Santos Dumont - MG, por meio do email: [projetos.obras@santosdumont.mg.gov.br](mailto:projetos.obras@santosdumont.mg.gov.br), de segunda a sexta-feira, no horário de 12:00 às 18:00 horas, a fim de agendar uma data e horário para a realização de uma vistoria nos locais de execução dos serviços descritos no objeto, com a finalidade de ter conhecimento de todas as informações e condições locais para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta;

O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;

Para a realização da visita técnica, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

Ao término da visita técnica será emitido pela referida Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Santos Dumont - MG, o competente Atestado de Visita Técnica, do qual deverá constar a assinatura do responsável pela empresa licitante e do responsável pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação;

A empresa licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá apresentar juntamente com a documentação da habilitação, uma Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo que deverá constar do Edital;

Considerando-se que a visita técnica é facultativa, a licitante declarada a vencedora do certame em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento das condições existentes para elaboração do orçamento e das planilhas, bem como para a execução do contrato e cumprimento das obrigações por elas assumidas; As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes no Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

## **MOBILIZAÇÃO**

A contratada deverá **proceder à mobilização da sua equipe de forma compatível com o cronograma físico até o local, com equipamentos adequados às condições de realização dos serviços, tão logo seja emitida a Ordem de Serviço.**

## **AVALIAÇÃO DE CUSTO**

Conforme exigência legal foi realizado Orçamento Prévio junto a empresas do ramo pertinente, apurando-se o **Valor de Referência Médio Global de R\$ 2.371.893,48 (Dois milhões, trezentos e setenta e um mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e oito reais)**, conforme documentos anexo.

## **METODOLOGIA:**

Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO**, a qual observará os preceitos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2.021, Lei Complementar nº. 123 / 2006 e outras normas aplicáveis à espécie.

**O modo de disputa a ser utilizado será o “aberto” (art. 56, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021).**

**O critério de julgamento** das propostas será no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, levando-se em consideração as especificações do objeto.

A execução contratual será do tipo **EMPREITADA GLOBAL**.

## **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da mesma, nos casos permitidos pela Lei Federal 14.133/2.021.

O prazo de vigência da execução da obra será de 4 (quatro) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

## **DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar serviços extras.

Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO.

O CONTRATADO deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam o CONTRATADO do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho.

As prestações dos serviços, do objeto do presente contrato serão autorizadas pela Administração, através da Ordem de Fornecimento.

A Empresa receberá Ordem de Serviço emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para início da execução de prestação de serviços.

A mesma deverá ser executada de acordo com Memorial Descritivo e Projeto, em anexo.

Os serviços a serem prestados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular dos serviços.

Observada alguma irregularidade, a empresa contratada será notificada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para que providencie a correção dentro dos prazos.

Tão logo seja concluído o atendimento, a empresa contratada deverá formalizar a conclusão ao servidor designado para o acompanhamento.

## **REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO**

### **DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:**

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Documento de identificação com foto.

### **DOCUMENTAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede licitante - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de Débito com a Fazenda Municipal;
- Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede licitante- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de Débito com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);
- Prova de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do **FGTS**);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme exigido na Lei Federal nº 12.440/2011;

### **ECONÔMICO – FINANCEIRO:**

- Certidão negativa de pedido de **Falência ou Concordata** (recuperação judicial) expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, registrado na junta comercial, exigível e

apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial.

As empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu Balanço Patrimonial de Abertura e último Balancete;

As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro;

Análise Contábil-Financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A qualificação técnica será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- **Certificado de registro (pessoa jurídica):** comprovar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
- **Certificado de registro (pessoa física):** comprovar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Eletricista detentor de atestados de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de características similares, emitidos por Órgãos ou Entidade pública ou privada, certificados pelo CREA.
- **Capacidade operacional (pessoa jurídica):** atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado.

Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s): Nome do contratado e do contratante; Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra); Localização e data da realização da obra; Serviços executados e quantitativos.

- **Capacidade profissional (pessoa física):** certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA), que comprove a execução do serviço de características semelhantes ao objeto licitado.
- A proponente deverá comprovar que o profissional de nível superior indicado para responsável técnico do serviço e detentor do atestado (s) pertence ao quadro permanente da proponente, mediante a apresentação de cópia da certidão do registro e quitação de pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com validade abrangendo a data do presente certame licitatório, acompanhado de cópia de ficha de registro de empregados ou cópia da folha do livro de registro de empregados ou cópia do contrato social ou a última alteração

contratual devidamente registrada na junta comercial ou ainda, mediante a comprovação de que o profissional tem vínculo contratual com a empresa, apresentando neste caso, cópia do contrato de prestação de serviço, com firma reconhecida tanto do representante legal da empresa quanto do engenheiro contratado, no qual conste o nome do detentor do atestado de capacidade técnica.

- Declaração de Responsabilidade Técnica, sendo que é vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente.
- Declaração de responsabilidade ambiental, devidamente assinado pelo responsável ou representante legal da empresa licitante.
- **Certificado de Registro Cadastral na concessionária CEMIG - CRC CEMIG: contemplando habilitação à execução de obras com grupo de serviço (GRUPO 0832 - PART para o nível 02 UEBs - Unidade Estrutural Básica) - Obras de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente, que integrarão o Sistema Elétrico de Potência da Cemig, dentro da validade e ainda, similar correspondente, se existir, da concessionária ENERGISA MINAS.**
- **Atestado de Visita Técnica** emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Santos Dumont – MG, atestando que o representante legal ou responsável técnico da empresa licitante visitou o local onde será executado os serviços e tomou conhecimento de todas as condições locais e necessárias para o cumprimento das obrigações inerentes e elaboração da proposta ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante no Edital.

Todos os documentos deverão se encontrar vigentes, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06.

Os documentos para habilitação, cuja autenticidade não possa ser verificada via internet, deverão ser entregues em cópias devidamente autenticadas por cartório de notas ou atestada por advogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou ainda autenticadas por servidor público municipal.

## **DO PAGAMENTO**

O objeto do presente contrato será executado dentro do prazo previsto, sob o acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE e agentes designados pelo Município, ficando o CONTRATADO sujeito às penalidades previstas no Instrumento Convocatório e no Contrato em caso de atraso.

Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal de Prestação de Serviços, juntamente com diário de serviços realizados (Medições) e relatórios fotográficos entregues na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

O prazo para pagamento da Medição aprovada será de até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal dos serviços realizados.

O pagamento da última parcela ficará condicionado ao ateste, pelo município, da execução total do objeto deste contrato.

As medições devem observar o avanço físico real dos serviços e o cronograma físico-financeiro.

O CONTRATADO deverá apresentar junto à Nota Fiscal, além dos documentos fiscais ou tributários devidos, a relação dos empregados utilizados na execução dos serviços, bem como dos documentos comprobatórios de recolhimento dos encargos sociais trabalhistas relativos aos mesmos no mês anterior, nos termos da Legislação pertinente em vigor.

Deverá ser discriminado na Nota Fiscal os valores gastos com mão de obra e os valores gastos com materiais, para efeito de cobrança de ISS, por parte da CONTRATANTE.

**O CONTRATADO deverá discriminar, também na Nota Fiscal, o valor de retenção do INSS, e caso seja isento de retenção, colocar discriminado na observação da Nota Fiscal o motivo, para que a Prefeitura não o tribute.**

Somente após o cumprimento de todas as exigências acima e aprovação da Prefeitura Municipal, será efetuado o pagamento.

Em caso de irregularidade dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados. O Município de Santos Dumont reserva-se no direito de não receber os objetos ora licitados caso estejam em desacordo com as especificações constantes desde Termo de Referência, bem como no Edital.

Caberá à empresa, no caso de defeitos ou imperfeições, substituir, de imediato, o produto, em prazo a ser determinado pelo Município de Santos Dumont, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de aplicação das demais penalidades e sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei 14.133/2021.

Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração Municipal, tais como alimentação, hospedagem e transporte, etc.

É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do Contrato.

## **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cabe ao CONTRATANTE:

Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Santos Dumont, veiculado no site oficial;

Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato;

Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato;

Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças e instruções complementares, indispensáveis para a execução do objeto;

Fiscalizar a execução dos serviços, por representante habilitado da CONTRATANTE, a fim de determinar a regularização de serviços previamente executados em desacordo com o Projeto e Memorial Descritivo aprovado, bem como submeter à autoridade competente, ações que ultrapassem a sua competência;

Emitir Ordens de Serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos a data de início;

Analisar, através da Equipe de Fiscalização designada, os Boletins de Medição Mensais emitidos pela CONTRATADA, baseados nas avaliações dos serviços executados, demonstrando quantidades de serviços executados no período, para posterior desembolso por parte da CONTRATANTE, contendo assinatura do responsável técnico da CONTRATADA e fiscal da obra designado pela CONTRATANTE.

## **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Cabe ao CONTRATADO o cumprimento das seguintes obrigações:

Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;

Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

Respeitar os prazos previstos nos projetos;

Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;

Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;

Manter projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ART's, alvarás e qualquer licença e/ou autorização;

Responsabilizar-se por todo o custo despendido do fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, bem como as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, até o recebimento definitivo do objeto;

Responder pelo custo dos serviços, ora contratados, contemplando salários de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

Arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária decorrente de acidente de trabalho, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus;

Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) durante todo o período de execução do objeto;

Providenciar, junto ao CREA, todas as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção de medição; bem como a respectiva CNO;

Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;

Executar, de maneira precípua, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;

Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA, aceito pela CONTRATANTE, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;

Manter as áreas circundantes ao local da prestação dos serviços totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), incluindo o uso de uniforme;

Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;

Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;

As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade, NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, NR 35 – Trabalho em altura;

A Prefeitura Municipal de Santos Dumont, poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

Visando o início dos trabalhos deverão ser tomadas as seguintes providências:

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, após a contratação, o Plano de Trabalho, contendo: relatório analítico do projeto executivo completo; planejamento geral das atividades envolvidas

no desenvolvimento dos serviços; a relação, as precedências e a duração das atividades; a metodologia construtiva e índice de documentos, então apenas após a apresentação será assinada a Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;

A Contratada deverá fornecer mensalmente os atestados de qualidade dos materiais e serviços aplicados na execução dos serviços em questão, atendendo ao recomendado nas Normas Brasileiras, além das normas ambientais vigentes e as exigências de contrato, inclusive executando ensaios referentes às obras e serviços, a fim de comprovar ou confirmar tal qualidade, a critério da Fiscalização;

A Contratada deverá efetuar permanentemente as obras e serviços de controle tecnológico dos materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como da qualidade das obras e serviços executados, através de empresa especializada, a ser aprovada pela Fiscalização;

Os serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, sem implicar alterações do prazo contratual;

Os relatórios de controle tecnológico deverão ser apresentados até a entrega da medição seguinte, sob a pena sofrer as sanções previstas no contrato;

Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução dos serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte.

## **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas com a contratação do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

**02.25.01.25.752.0025.1030** Extensão de Rede Elétrica

**4.4.90.51.00** Obras e Instalações

Ficha **228**

Fonte **1.751.000.000 - Recursos da Contribuição para Custeio do**

**Serviço de Iluminação Pública – COSIP**

**(Reserva de Dotação Orçamentária)**

O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração do aditamento consoante faculdade incerta no art. 136 da Lei 14.133/2021.

## **DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Administração Municipal, poderá, sem prejuízo da rescisão contratual e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 155 da Lei 14.133/2021, além das demais cominações legais cabíveis.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas, pertinentes à entrega do objeto.

Em anexo a este Termo de Referência segue os documentos para anexar ao processo licitatório.

Este Termo de Referência deverá integrar o edital como um de seus anexos.

**Oscar Homem Toledo Júnior**  
**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024

À Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG  
Att. Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio

Proponente: \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal nº \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
Conta corrente: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_ Ag.: \_\_\_\_\_

**Objeto:** O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de eletrificação e iluminação pública, **visando à execução de serviços para Extensão de Redes Elétricas de BT (baixa tensão) e MT (média tensão) de Distribuição CEMIG**, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e aprovação na concessionária, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantitativos e especificações abaixo:

Item	Endereço	Descrição
01	Rua Olímpio Germano da Silva, Bairro Guadalupi	Extensão de 0,023km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 120 W de potência, fixada em braço médio.
02	Rua Projetada, Bairro Antônio Afonso	Extensão de 0,078 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 3 (três) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
03	Rua Maria Castorinada Fonseca, Bairro São Sebastião da Barra	Extensão de 0,071 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 3 (três) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED com 80 W de potência, fixadas em braço curto.
04	Mestre Dunga, Centro	Extensão de 0,038 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED com 80 W de potência, fixadas em braço curto.

05	Rua Rafael Jorge Coury, Bairro Graminha	Extensão de 0,030 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço médio.
06	Estrada para AABB, Bairro Peroba de Cima	Extensão de 0,016 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
07	Rua Tupi, Bairro Vila Esperança	Extensão de 0,018 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
08	Estrada Real Caminho Novo, BR-499	Extensão de 0,085 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 120 W de potência, fixadas em braço médio.
09	Rua Doutor Celso Vieira Marques, Bairro Cabangu	Intercalação de 2 (dois) postes em rede existente; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80W de potência, fixadas em braço médio.
10	Rua Jorge Arnaldo, Bairro São Sebastião	Extensão de 0,058 km de RDC (rede de distribuição compacta) trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; extensão de 0,070 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; substituição de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) transformador trifásico de 45 kVA de potência; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
11	Rua Ana Pitela, Bairro Glória	Intercalação de 1 (um) poste; extensão de 0,090 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80W de potência, fixadas em braço curto.
12	Estrada Rural, Bairro Cidreira	Remoção de 0,020 km de rede de baixa tensão convencional; extensão de 0,113 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,058 km de rede de baixa tensão convencional para isolada trifásica; substituição de transformador monofásico de 15 kVA de potência para transformador monofásico de 37,5 kVA de potência; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
13	Rua das Nascentes, Bairro Glória	Intercalação de 1 (um) poste em rede existente; instalação de 1 (um) conjunto de IP com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 120W de potência, fixada em braço curto.
14	Rua Ovídio Rufino Ferreira, Bairro Antônio	Intercalação de 1(um) poste em rede existente; extensão de 0,040 km de RDC (rede de distribuição compacta) monofásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; extensão de 0,103 km de rede de baixa tensão bifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; remoção

	Afonso	de religador monofásico para novo poste; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
15	Estrada Rural, Vila São Pedro das Perobas	Substituição de 0,117 km de rede de baixa tensão; substituição de 2 (dois) postes; substituição com remoção de 1 (um) poste; extensão de 0,032 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) transformador monofásico de 37,5 kVA de potência; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
16	Rua Ovídio Rufino Ferreira, Bairro Antônio Afonso	Remoção com substituição de 1 (um) poste.
17	Rua Doutor Nello Crocchi, Centro	Extensão de 0,069 km de rede de baixa tensão, contemplando a instalação de 3 (três) postes; substituição de 0,030 km de rede de baixa tensão deconvencional bifásica para isolada trifásica; substituição de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
18	Rua Otávio Rufino Ferreira, MG-499, Bairro Antônio Afonso	Extensão de 0,126 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,090 km de rede de baixa tensão; instalação de 6 (seis) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 180 W de potência, fixadas em braço médio.
19	Rua Projetada, Vila Palmira	Extensão de 0,064 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 2 (dois) postes; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
20	Rua Geovane Peduzzi, Recanto das Garças	Extensão de 0,035 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 1 (um) conjunto de IP (iluminação pública) com luminária LED de 80 W de potência, fixada em braço curto.
21	Travessa Tamoio, Rua Capitão Nestor	Extensão de 0,036 km de rede de baixa tensão isolada trifásica, contemplando a instalação de 1 (um) poste; instalação de 2 (dois) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
22	Estrada para Oliveira Fortes, MG-452	Extensão de 0,160 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 4 (quatro) postes; substituição de 0,044 km de rede de baixa tensão convencional para isolada bifásica; instalação de 4 (quatro) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 80 W de potência fixadas em braço curto.
23	Rua Frei Edmar Pulman, Bairro Santo Antônio	Instalação de 1 (um) medidor aéreo com lente (Caixa TAF) em poste existente; instalação de 10 metros de cabos em ramal de entrada subterrânea, contemplando a instalação de 2 (duas) caixas ZA; extensão de 1,287 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 35 (trinta e cinco) postes; instalação de 35 (trinta e cinco) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 100 W de

		potência, fixadas em braço médio.
24	Estrada Rural, Soledade	Substituição de 1 vão de neutro por rede de bt; extensão de 3 vãos de rede de bt isolada; instalação de 3 postes; instalação de 5 luminárias LED 80 W instaladas em braço curto.
25	Estrada Rural, Rocinha	Substituição de 0,117 km de cabo neutro por rede de baixa tensão isolada bifásica; extensão de 0,120 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a instalação de 3 (três) postes; instalação de 7 (sete) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
26	Estrada Rural, Mantiqueira	Substituição de estrutura primária em poste existente para possibilitar derivação monofásica; coordenação de chave deslocada; extensão de 0,334 km de RDC (rede de distribuição compacta) monofásica com rede de baixa tensão; extensão de 0,184 km de rede de baixa tensão isolada bifásica; retirada de 0,018 km de rede de baixa tensão isolada bifásica, contemplando a retirada de 1 (um) poste; instalação de 14 (quatorze) postes; instalação de 2 (dois) transformadores monofásicos de 25 kVA de potência; instalação de 14 (quatorze) conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W de potência, fixadas em braço curto.
27	Diversas Ruas, Bairros Glória, Nossa Senhora Aparecida e Córrego do Ouro	Extensão de 28 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 28 postes, instalação de 28 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
28	Diversas Ruas, Bairros Quarto Depósito e São Sebastião	Extensão de 33 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 33 postes, instalação de 33 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
29	Diversas Ruas, Centro	Instalação de 150 conjuntos de iluminação pública com luminárias LED de 80 W fixadas em braço curto.
30	Diversas Ruas, Bairros Glória, Nossa Senhora Aparecida e Córrego do Ouro	Extensão de 12 vãos de baixa tensão isolada, instalação de 12 postes, instalação de 12 conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 120 W fixadas em braço médio.
31	Diversas Ruas, Centro	Instalação de 300 (cento e cinquenta) conjuntos de IP (iluminação pública) com luminárias LED de 180 W de potência, fixadas em braço curto.

Valor global da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os custos necessários ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos previstos no instrumento convocatório, inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, deslocamentos até o município, hospedagem, alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

Declaro para os devidos fins que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos

Declaro para os devidos fins que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

Declaro para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e Ass. Do representante legal.  
Carimbo da empresa

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO MÚLTIPLA.

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., e do CPF nº....., DECLARA, para os devidos fins, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declara que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação (se aplicado ao número de funcionários da empresa), conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

Declara, sob as penas da Lei, que a empresa cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que no ano/calendário de realização da licitação, não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

Declara ainda, para fins do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e Ass. do representante legal.

## ANEXO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2024.

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024

#### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2024, de um lado o Município de Santos Dumont - MG, doravante denominado Gerenciador do Registro de Preços, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito, Sr. Carlos Alberto de Azevedo, CPF nº 382.180.206-59, e de outro lado à empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede/residência na Rua (AV.) \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. (a). \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_, doravante denominada Fornecedor, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do art. 40, inciso II da Lei Federal 14.133/21, e suas alterações e demais Decretos Municipais, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão do certame acima especificado. Observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de eletrificação e iluminação pública, **visando à execução de serviços para Extensão de Redes Elétricas de BT (baixa tensão) e MT (média tensão) de Distribuição CEMIG**, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e aprovação na concessionária, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.2- **Apresentação:** Os serviços deverão ser prestados de acordo com a necessidade da Secretaria, nas quantidades solicitadas nas ordens de serviços.

1.3- Integram a presente Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital, seus Anexos e a proposta comercial da empresa.

#### CLÁUSULA II-DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1- Durante a vigência a Detentora deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

2.1.2- O prazo de vigência da execução da obra será de 4 (quatro) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

2.2- Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/21, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os serviços licitados podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas/pessoas físicas detentoras, sendo assegurado, no entanto, às detentoras do registro preferência em igualdade de condições.

2.3- Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 137 da Lei Federal 14.133/21 a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, sem que deste fato resulte multa para a Administração.

### **CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

### **CLÁUSULA IV – DO PREÇO**

4.1- O preço registrado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial em epígrafe são os constantes do abaixo, perfazendo um total de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2- Os quantitativos registrados são referenciais, podendo ser adquirido durante a vigência da Ata de Registro de Preços menor quantidade dos serviços.

4.3- Em cada prestação do serviço decorrente desta Ata serão observados os preços unitários, a qualidade e a validade propostos pela detentora no Pregão em epígrafe, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- Do equilíbrio econômico: Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova material da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

### **CLÁUSULA V-DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

5.1 - São obrigações da Administração, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

- a) Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;
- b) Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;
- c) Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Santos Dumont, veiculado no site oficial;
- d) Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato;
- e) Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato;
- f) Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças e instruções complementares, indispensáveis para a execução do objeto;
- g) Fiscalizar a execução dos serviços, por representante habilitado da CONTRATANTE, a fim de determinar a regularização de serviços previamente executados em desacordo com o Projeto e Memorial Descritivo aprovado, bem como submeter à autoridade competente, ações que ultrapassem a sua competência;
- h) Emitir Ordens de Serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos a data de início;
- i) Analisar, através da Equipe de Fiscalização designada, os Boletins de Medição Mensais emitidos pela CONTRATADA, baseados nas avaliações dos serviços executados, demonstrando quantidades de serviços executados no período, para posterior desembolso por parte da CONTRATANTE, contendo assinatura do responsável técnico da CONTRATADA e fiscal da obra designado pela CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

6.1 - A prestação do serviço será efetuada pelo fornecedor obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- c) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
- d) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- e) Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;
- f) Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;
- g) Respeitar os prazos previstos nos projetos;
- h) Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;
- i) Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;
- j) Manter projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ART's, alvarás e qualquer licença e/ou autorização;
- k) Responsabilizar-se por todo o custo despendido do fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, bem como as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, até o recebimento definitivo do objeto;
- l) Responder pelo custo dos serviços, ora contratados, contemplando salários de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- m) Arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária decorrente de acidente de trabalho, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus;
- n) Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) durante todo o período de execução do objeto;
- o) Providenciar, junto ao CREA, todas as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/ RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção de medição; bem como a respectiva CNO;
- p) Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;
- q) Executar, de maneira precípua, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;
- r) Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA, aceito pela CONTRATANTE, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;
- s) Manter as áreas circundantes ao local da prestação dos serviços totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), incluindo o uso de uniforme;
- t) Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;
- u) Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;
- v) As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade, NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, NR 35 – Trabalho em altura;
- w) A Prefeitura Municipal de Santos Dumont, poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as

condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

- x) Visando o início dos trabalhos deverão ser tomadas as seguintes providências:
- x.a) A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, após a contratação, o Plano de Trabalho, contendo: relatório analítico do projeto executivo completo; planejamento geral das atividades envolvidas no desenvolvimento dos serviços; a relação, as precedências e a duração das atividades; a metodologia construtiva e índice de documentos, então apenas após a apresentação será assinada a Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;
  - x.b) A Contratada deverá fornecer mensalmente os atestados de qualidade dos materiais e serviços aplicados na execução dos serviços em questão, atendendo ao recomendado nas Normas Brasileiras, além das normas ambientais vigentes e as exigências de contrato, inclusive executando ensaios referentes às obras e serviços, a fim de comprovar ou confirmar tal qualidade, a critério da Fiscalização;
  - x.c) A Contratada deverá efetuar permanentemente as obras e serviços de controle tecnológico dos materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como da qualidade das obras e serviços executados, através de empresa especializada, a ser aprovada pela Fiscalização;
  - x.d) Os serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, sem implicar alterações do prazo contratual;
  - x.e) Os relatórios de controle tecnológico deverão ser apresentados até a entrega da medição seguinte, sob a pena sofrer as sanções previstas no contrato;
  - x.f) Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução dos serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte.

## **CLÁUSULA VII – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PAGAMENTO**

7.1- O objeto do presente contrato será executado dentro do prazo previsto, sob o acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE e agentes designados pelo Município, ficando o CONTRATADO sujeito às penalidades previstas no Instrumento Convocatório e no Contrato em caso de atraso.

7.1.2- Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal de Prestação de Serviços, juntamente com diário de serviços realizados (Medições) e relatórios fotográficos entregues na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

7.1.3- O pagamento da última parcela ficará condicionado ao ateste, pelo município, da execução total do objeto deste contrato.

7.1.4- O prazo para pagamento dos relatórios de horas aprovada será de até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal dos serviços realizados.

7.1.5- As medições devem observar o avanço físico real dos serviços e o cronograma físico-financeiro.

7.2- Eventuais atrasos na prestação dos serviços deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na Ata.

7.3- O CONTRATADO deverá apresentar junto à Nota Fiscal, os documentos fiscais ou tributários

devidos.

**7.3.1- O CONTRATADO deverá discriminar, também na Nota Fiscal, o valor de retenção do INSS, e caso seja isento de retenção, colocar discriminado na observação da Nota Fiscal o motivo, para que a Prefeitura não o tribute.**

7.3.2- Sendo que o valor será utilizado para o pagamento da locação das máquinas tanto no período diurno, como no noturno ou quando excepcionalmente requisitados aos domingos e feriados, não havendo variação do preço em virtude do horário e do dia.

7.3.3- Somente após o cumprimento de todas as exigências acima e aprovação da Prefeitura Municipal, será efetuado o pagamento.

7.4- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.5- Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente da liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7.6- Nos preços propostos estarão incluídos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da detentora.

## **CLÁUSULA VIII-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS**

8.1- As despesas com o objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

**02.25.01.25.752.0025.1030** Extensão de Rede Elétrica

**4.4.90.51.00** Obras e Instalações

Ficha **228**

Fonte **1.751.000.000 - Recursos da Contribuição para Custeio do**

**Serviço de Iluminação Pública – COSIP**

**(Reserva de Dotação Orçamentária)**

8.2- Por se tratar de registro de preços, o empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no 136, inciso IV da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA IX – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

9.1- A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

9.2- Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a Detentora se obriga a fornecer a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da Detentora, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências (notas

fiscais ou outro que comprove).

9.3- É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, ressalvada a hipótese de reequilíbrio econômico e reajuste após 12 meses da data da propositade preços, com base no INPC ou outro índice oficial no caso de sua extinção.

## **CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES**

10.1- Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Contratante, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto nos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/21, além das demais cominações legais cabíveis;

### **10.2- Ficam estabelecidas as seguintes sanções:**

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1- Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.2.2- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.2.3- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas de menor potencial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.2.4- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.2.5- Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei n.º 14.133/21.

10.2.6- Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, em relação a um dos eventos arrolados na condição, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.2.7- O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

### **CLÁUSULA XI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

11.1- Cabe a cada Departamento/Setor fiscalizar e acompanhar a execução contratual, dessa forma ficam designados como fiscais os servidores a seguir:

- a) Elisa Aparecida Evangelista dos Santos – Chefe de Departamento de Serviços Municipais – Fiscal do Contrato;
- b) Conforme Decreto Municipal nº 3.828 de 14 de junho de 2024 os gestores dos contratos serão os secretários municipais responsáveis pela contratação;
- c) A Secretaria deixa de nomear servidor efetivo por não possuir no quadro permanente de funcionários suficientes para desempenhar a função;

11.2- Caberá ao fiscal administrativo dentre outras atribuições:

- a) conferir e atualizar a documentação necessária as condições de habilitação;
- b) atestar a qualidade dos serviços.
- c) comunicar ao gestor a implementação das condições para emissão da nota fiscal.

11.3- Caberá ao Gestor do contrato a autorização quanto a pagamentos, autorizações de alteração do contrato e aplicação de penalidades, controle de vigência e quantidade.

11.4- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1- A inexecução total ou parcial do objeto ou quando a proposta deixar de ser vantajosa para a Administração, ensejará o cancelamento da presente Ata, bem como nos casos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

12.2- Na hipótese de cancelamento desta ata, a Administração poderá firmar nova ata com os licitantes remanescentes pelos preços registrados.

### **CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1- Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão em epígrafe, seus anexos, proposta da empresa/pessoa física retro qualificada, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

13.2- Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13.3- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e demais Decretos Municipais, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

13.4- E por estarem justas e contratadas, firma o presente termo em 02 (duas) vias de mesmo teor e para os mesmos efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dumont, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024 Santos

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Santos Dumont  
Carlos Alberto de Azevedo  
Detentor

\_\_\_\_\_  
Nome Empresa  
Nome do representante  
Detentora

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

Nome:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



Prefeitura de  
**Santos Dumont**